

MUNDO CADA VEZ MAIS DIGITAL TAMBÉM TEM “SIMPLIFICADORES”

O PAPEL DOS PROFISSIONAIS DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NUMA SOCIEDADE DE ADVOGADOS PASSA EM MUITO POR IDENTIFICAR DIFICULDADES E ENCONTRAR SOLUÇÕES PARA O BOM FUNCIONAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES ONDE TRABALHAM.

■ Este é um mundo cada vez mais digital e os profissionais jurídicos não escapam a esta realidade. Bases de dados, legislação, acórdãos, ligações aos tribunais, ao Ministério da Justiça ou à Autoridade Tributária e Aduaneira,

tudo está disponível, é feito, ou a ele se acede através das novas tecnologias de informação (TI). Saber usar e interpretar as leis e defender os interesses dos clientes é um papel que cabe aos advogados, mas quando o computador falha e os prazos ficam em risco, tem que haver quem ajude e simplifique. Os “simplificadores” são os profissionais de TI. Alguém que tem de responder, “se preciso for, 24 horas por dia e 365 dias por ano”.

Tiago Pinto Ferreira, sub-director financeiro e administrativo de uma sociedade de advogados, lembra que “a advocacia como profissão liberal tem a particularidade de poder ser exercida em qualquer local e a qualquer hora do dia”. Na perspectiva deste membro do IT4 Legal - grupo informal dedicado à partilha e divulgação de saberes acerca de sistemas de informação nos escritórios de advocacia - tal significa que os profissionais de TI “têm de acompanhar a mobilidade existente e o seu trabalho poderá ser exigido durante as 24

horas do dia e nos 365 dias do ano”.

Trabalhar as tecnologias de informação num escritório de advocacia é, assim, estar permanentemente de serviço. Mas não só, significa também que é preciso olhar para as especificidades da actividade “core” da organização. Rui Vaz, responsável pelo departamento de TI de uma firma de advocacia, sublinha que a essência desta profissão jurídica “passa pelo conhecimento”. Ora esse é um aspecto a que os responsáveis pelos sectores de TI mais ênfase dão, “seja através da garantia de acesso a bases de dados externas, legislação, acordos, quer através da disponibilização dos conteúdos produzidos dentro das próprias sociedades, ou sejam documentos produzidos para clientes”.

Rui Vaz adianta que intrinsecamente associada ao conhecimento está a segurança dos dados, quer pela sua confidencialidade, quer pelo seu valor para o negócio. É nesse sentido que vai o raciocínio de Rui Simões, advogado e também...

“ENQUANTO GRUPO, O NOSSO OBJECTIVO É DISCUTIR A POSSIBILIDADE DO USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO POR TODOS OS PROFISSIONAIS JURÍDICOS, QUE NÃO APENAS OS ADVOGADOS, DE MODO A QUE POSSAM ATINGIR OS SEUS OBJECTIVOS DA MELHOR FORMA, NUM MUNDO QUE É CADA VEZ MAIS DIGITAL.”

RICARDO NEGRÃO
Director de Sistemas e Tecnologias de Informação
Membro do IT4Legal





“CABE AOS PROFISSIONAIS DAS T.I. PROCURAR ENTENDER E TRADUZIR EM RESULTADOS AQUILO QUE LHES É EXPRESSO PELOS ADVOGADOS ATRAVÉS DA COMUNICAÇÃO DAS SUAS NECESSIDADES.”

RUI VAZ
IT Manager
Membro do IT4Legal

membro do grupo IT4 Legal. Conforme evidência, “os deveres de sigilo dos advogados são mais apertados do que os da generalidade das organizações”, daí que o trabalho nas sociedades que agregam estes profissionais se distinga pelos especiais requisitos neste âmbito.

Mais, lembra Rui Simões, há também “a exigência de um rigor especial na gestão documental”, área em que as sociedades de advogados têm de ser particularmente dotadas, para lidar com volumes cada vez maiores de informação. “A quantidade de papel produzida na advocacia atinge proporções gigantescas, daí que as TI tenham um contributo importante a dar na digitalização, organização da informação e gestão do conhecimento”, completa Tiago Pinto Ferreira.

FACILITAR O DIFÍCIL

Facilitar a gestão documental é, assim, um dos desafios que se colocam aos profissionais que asseguram o trabalho de TI nestas organizações profissionais. Rui Simões considera que os advogados são, tradicionalmente, “pouco entusiastas quanto à adopção de novas tecnologias e enfrentam dificuldades na adaptação às mesmas, e procuram habitualmente soluções informáticas simples que lhes permitam dar resposta aos clientes de forma rápida”.

Esse tem sido um dos motivos para a adopção de soluções de ‘cloud computing’ por parte dos advogados em prática individual, mas que tem tido mais resistência por parte das sociedades de advogados. Porquê? Rui Simões explica: “Por motivos relacionados com os deveres de confidencialidade, já que os prestadores de serviços ‘cloud’ nem sempre prestam garantias quanto à protecção da confidencialidade da informação”.

Ricardo Negrão, membro fundador do grupo IT4Legal, concorda com este argumento, mas admite que os fornecedores deste tipo de serviços têm razões, que se prendem com a rendibilidade do seu próprio negócio, para não estar particularmente despertos a encontrar soluções que sirvam um pequeno mercado como o português. Daí que eventuais ofertas que existam sejam consideradas muito onerosas.

Que fazer então? Ricardo Negrão lembra, a título de exemplo, que, hoje em dia, todas as sociedades de advogados têm um serviço de correio electrónico. “Podiam juntar-se todas e ter um serviço de ‘cloud’. Individualmente, o serviço torna-se muito dispendioso. Mas se se juntarem, já será diferente”, argumenta. Parte da lógica de funcionamento do IT4Legal passa também por aqui. Ou seja, por ir junto dos

fornecedores e alertar para a especificidade que caracteriza este sector concreto.

GESTÃO DE PRIORIDADES

Há contudo outro tipo de problemas aos quais os profissionais de TI têm de dar resposta numa firma de advocacia. “Parece-me que a principal dificuldade sentida pelos responsáveis de TI no relacionamento com os advogados respeita, desde logo, à gestão de prioridades, na medida em que estes, pressionados pelo dia-a-dia da actividade profissional e pelos prazos judiciais ou de entrega de trabalho, tendem a encarar todas as tarefas como urgentes, sem estabelecer distinções”, observa Tiago Pinto Ferreira.

A resistência à aprendizagem e à assimilação das novas tecnologias é outra das dificuldades sentidas, na opinião de Tiago Pinto Ferreira explicável pela pouca formação em informática, principalmente entre os advogados mais seniores. Em sentido inverso, sublinha ainda este interlocutor, “existe igualmente alguma dificuldade por parte dos responsáveis das TI em persuadir as novas gerações de advogados – dotadas já de um maior know-how nesta área – a observar escrupulosamente as regras e procedimentos em matéria de sigilo da informação”. ...

Rui Vaz avança, contudo, que “a comunicação é a chave para um bom entendimento entre as duas partes”. Para si, “cabe aos profissionais das TI procurar entender e traduzir em resultados aquilo que lhes é expresso pelos advogados através da comunicação das suas necessidades”.

Afinal, um objectivo que comumente partilham os membros do IT4Legal. Rui Simões lembra que este “tem sido um fórum para partilha de boas práticas entre as sociedades de advogados, permitindo-lhes aproveitar as melhores soluções disponíveis no mercado e assim competir com as suas congéneres internacionais, que dispõem de maior oferta de soluções específicas para as respectivas necessidades”.

ABRIR PORTAS A OUTROS PROFISSIONAIS

O papel dos profissionais das tecnologias de informação numa sociedade de advogados passa em muito por identificar dificuldades e encontrar soluções para o bom funcionamento das organizações onde trabalham. Afinal, uma realidade que é depois partilhada pelo conjunto dos membros do IT4Legal. Contudo,

eles não querem ficar por aqui.

“Enquanto grupo, o nosso objectivo é discutir a possibilidade do uso das tecnologias de informação por todos os profissionais jurídicos, que não apenas os advogados, de modo a que possam atingir os seus objectivos da melhor forma, num mundo que é cada vez mais digital”, explica.

Se o grupo começou por dedicar-se quase em exclusivo ao que é feito ao nível dos sistemas de informação nas sociedades de advogados e abriu portas a outros profissionais forenses, o objectivo é agora também alargar o âmbito de participação a professores universitários e a estudantes. “Admito que os alunos saem das faculdades de Direito com óptimas capacidades em Direito. Mas chegam aos locais de trabalho e têm um choque tremendo com as ferramentas que têm de utilizar. A lógica de trazer os professores de Direito para o IT4Legal é no sentido de, pelo menos, tentar que também estejam despertos para esta realidade”, observa Ricardo Negrão. Tanto mais que, conclui, “esta área em que trabalham os profissionais jurídicos é cada vez mais digital”. ■



“OS PROFISSIONAIS DE T.I. TÊM DE ACOMPANHAR A MOBILIDADE EXISTENTE E O SEU TRABALHO PODERÁ SER EXIGIDO DURANTE AS 24 HORAS DO DIA E NOS 365 DIAS DO ANO”.

TIAGO PINTO FERREIRA
Sub-Director Financeiro e Administrativo
Membro do IT4Legal

DE PEQUENO GRUPO, A ESPAÇO PARA TODO O SECTOR DA JUSTIÇA

O IT4Legal começou por ser um pequeno grupo informal dedicado à partilha e divulgação de saberes acerca de sistemas de informação nas sociedades de advogados. Abriu portas a outros actores do sector jurídico e prepara-se para ganhar um estatuto de organização formal, revela o mentor e um dos fundadores, Ricardo Negrão. Para se ser membro do grupo é necessário solicitar a adesão no LinkedIn, porque há restrições à entrada neste espaço de debate.

“Não podemos ter no grupo fornecedores de tecnologias de informação. Só faz parte quem trabalha numa sociedade de advogados ou quem é profissional forense. Temos também a Ordem dos Advogados e o Ministério da Justiça representados, além de grandes, médias e pequenas sociedades”, observa Ricardo Negrão.

Os membros são sobretudo de Lisboa, mas o IT4Legal, que mantém uma ligação estreita com a Associação das Sociedades de Advogados de Portugal, quer estender as suas acções ao Porto, ganhar dimensão nacional e tornar mais ampla a área de intervenção, nomeadamente junto das faculdades de Direito e dos seus professores e alunos. Mas não só.

“Estamos a alargar o espectro de actuação. Há profissionais jurídicos que trabalham em empresas privadas, que não são advogados, e que precisam também de utilizar estas ferramentas. Um departamento jurídico de uma grande empresa, muitas das vezes não tem interacção directa com os tribunais – utiliza uma sociedade de advogados para fazer esse trabalho – mas tem as mesmas necessidades de gestão da informação dos processos que uma sociedade de advogados. Por isso esta lógica abrange as diferentes profissões jurídicas”, explica Ricardo Negrão.

Por força dos custos e questões legais e burocráticas que estão associados à organização dos já habituais fóruns anuais que o grupo organiza, o próximo passo do IT4Legal deverá ser, de acordo com este seu fundador, a formalização da sua existência enquanto organismo associativo.



“OS DEVERES DE SIGILO DOS ADVOGADOS SÃO MAIS APERTADOS DO QUE OS DA GENERALIDADE DAS ORGANIZAÇÕES.”

RUI SIMÕES
Advogado
Membro do IT4Legal